

FÓRUM EJA/ES E POLÍTICAS PÚBLICAS LOCAIS

Joelma dos Santos Rocha - UFES

jhoelmarocha@hotmail.com

Resumo: O objetivo deste trabalho é explicitar o papel do Fórum de EJA/ES num contexto de formulação e acompanhamento de políticas públicas para EJA no Espírito Santo, entre 2001 e 2008. Tem como foco o programa “Alfabetização é um direito” de formulação estadual, e o diagnóstico de EJA do estado desenvolvido em 2008, como demanda nacional. A metodologia do movimento observa encontros bimestrais e opera com a ação militante de seus membros. Como resultados, há o reconhecimento do papel do Fórum e da tarefa de prosseguir exercitando estratégias de monitoramento das políticas públicas locais de EJA.

Palavras-chave: Fórum EJA/ES, Políticas públicas, Diagnóstico.

INTRODUÇÃO

Este trabalho faz um resgate do percurso do Fórum de Educação de Jovens e Adultos do Espírito Santo (FÓRUM EJA/ES), e tem como objetivo explicitar seu papel no contexto social e político de formulação e acompanhamento de políticas públicas para EJA no estado, no período de 2001 a 2008.

O Fórum de EJA do Espírito Santo emerge do Fórum Permanente de Educação de Jovens e Adultos da Grande Vitória que, em 1998, dá início ao movimento, através de um projeto de extensão. Com essa característica, o Fórum de EJA da Grande Vitória, surge como resultado de demandas de formação de educadores que buscavam na Universidade oportunidades de formação.

O Fórum se conformou inicialmente, muito mais, como espaço de formação, informação e intercâmbio de experiências do que como instância de discussão política e de encaminhamento de ações efetivas na defesa e valorização da EJA junto às instâncias públicas. Ao longo do tempo, em função da dinâmica dos cenários produzidos pela mobilização crescente em nível nacional, e pelo próprio fortalecimento do movimento em âmbito estadual, o Fórum Permanente de EJA da Grande Vitória passa a se constituir, em 2001, como Fórum de Educação de Jovens e Adultos do Espírito Santo. Fórum de EJA/ES foi o 3º a se constituir somando-se aos fóruns já instituídos nos Estados de RJ e MG.

Assim ao fazer um breve histórico do Fórum EJA/ES, podemos perceber que desde a sua criação em 1998, se compôs como um movimento aberto e plural com a participação de diversos segmentos da sociedade civil tais como: Delegacia regional do MEC, Secretaria Estadual e Municipais de Educação, Instituições de Ensino Superior, SINDIUPES,

Movimentos Sociais, Sistema S, UNDIME, estudantes universitários, educadores e educandos. Com sua capacidade de mobilização tem se consolidado como um movimento difusor de políticas públicas e de monitoramento e questionamento das políticas educacionais não executadas. De acordo com Teixeira (2002) as políticas públicas devem ser consideradas também as “não-ações”, as omissões, como formas de manifestação política, pois representam opções e orientações dos que estão no poder.

Os Fóruns de EJA estão presentes em todo território nacional e se articulam através do portal disponível na internet. Dentre as ações desenvolvidas no percurso, analisamos neste relato a participação do Fórum na formulação do programa “Alfabetização é um direito”, um programa do governo estadual, lançado em 2004, com a meta de redução de 30% do índice de analfabetismo no ES até o ano de 2006. É também objeto deste relato a análise do diagnóstico estadual da EJA realizado em 2008, como parte de demandas nacionais oriundas do movimento Preparatório para a VI Conferência Internacional de Educação de Adultos (CONFINTEA). Essas ações em nível local são compartilhadas com as lutas políticas que os militantes da EJA em nível nacional têm produzido como movimento nacional em prol da modalidade EJA no intuito de consolidar as conquistas a partir de sua inclusão na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – nº. 9.394/96 que, prevê que a Educação de Jovens e Adultos se destina àqueles que não tiveram acesso (ou não deram continuidade) aos estudos no Ensino Fundamental e Médio. E na concretização dos direitos adquiridos pela Constituição de 1988, art.208. que estabelece que a EJA deve ser oferecida pelos sistemas de ensino, com oportunidades educacionais apropriadas, considerando as características, interesses, condições de vida e de trabalho do cidadão.

Assim, com foco no acompanhamento de ações das políticas locais, o Fórum EJA/ES tem buscado se consolidar como um movimento importante para democratização da educação e da concretização do direito a educação para todos.

METODOLOGIA

O presente estudo consiste em uma pesquisa de natureza bibliográfica, exploratória com análise documental, na qual foram analisados os relatórios, ofícios, anotações, e documentos dos encontros do Fórum EJA/ES no período de 2001 a 2008. Para a análise dos documentos pesquisados, foi realizada uma leitura atenta e exaustiva, no levantamento de

informações sobre as temáticas principais deste relato, que serão discutidas ao longo do texto, a saber:

1. A participação do Fórum EJA/ES e suas contribuições na formulação do programa Alfabetização é um direito, os dados estatísticos desse programa;
2. A atuação do Fórum na elaboração do instrumento diagnóstico e tabulação dos resultados do Diagnóstico Estadual da EJA.

FÓRUM EJA/ES NA CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Formulação do Programa Alfabetização é um direito:

Em 2003, início da atual gestão, a Secretaria Estadual de Educação (SEDU) se reaproximou do Fórum e trouxe como demanda a participação do movimento na discussão e formulação do Programa *Alfabetização é um direito*. Este tinha como meta “reduzir em aproximadamente 30% o índice de analfabetismo no ES até o ano de 2006, considerando os dados do IBGE/PNAD de 2001, o que corresponde a alfabetização de 76.500 jovens e adultos. No contexto de construção de uma Política Educacional do Estado do Espírito Santo, com o lema “A Educação é um Direito”, a Secretaria de Educação do Estado do Espírito Santo, em 2003, deu destaque à EJA. Assim construiu e dialogou, junto ao Fórum EJA/ES um Programa de Alfabetização, cujo propósito era alfabetizar a população de 15 anos ou mais que não teve acesso ou não permaneceu na escola no período de escolarização regular.

Conforme dados apresentados pelo IBGE/PNAD-2001 no Estado do Espírito Santo, 11,47% da população de 15 anos ou mais, que correspondia a 255 mil pessoas, era de analfabetos absolutos. Se considerarmos os analfabetos funcionais, ou seja, com menos de quatro séries e que não lêem, ou lêem precariamente, esse número salta para 552 mil correspondendo a 24,8% da população de 15 anos ou mais.

Tendo em vista a perspectiva de garantia de direitos, a partir de uma análise crítica do contexto do analfabetismo no Estado do Espírito Santo, bem como a necessidade de superar esta realidade, o Projeto “Alfabetização é um Direito” foi apresentado à plenária do Fórum e amplamente discutido em dois encontros no primeiro semestre de 2004, com todos os participantes, tendo como metodologia a escuta dos educadores, gestores e demais segmentos, com a colaboração de membros do Núcleo de Jovens e Adultos do Centro de Educação da

UFES. Trata-se de um Projeto que visa garantir o direito a educação enquanto processo político de conquista da cidadania, pautado no fortalecimento das relações coletivas e comunitárias. A linha teórica identifica-se, dentre outras, no campo da alfabetização, com as idéias de Paulo Freire e Emília Ferreira.

Inicialmente, o atendimento do projeto se voltou para população residente nos municípios que compreendem a Região da Grande Vitória (Vitória, Vila Velha, Serra, Carapina e Viana), estendendo-se gradativamente para os demais municípios do Estado. Ao longo dos quatro anos de execução, o Programa ganhou a adesão de 76 municípios do Estado.

Há que se ressaltar que este programa foi instituído por decisão governamental. O Estado do Espírito Santo optou por não aderir ao Programa Brasil Alfabetizado do Governo Federal por considerar que a proposta estadual apresentava e ainda apresenta condições mais apropriadas, principalmente de valorização do professor alfabetizador. Atuaram como parceiros inicialmente: associações comerciais, igrejas, prefeituras, empresas, residências e outros.

Apresentamos abaixo o atendimento e alcance do Programa, conforme distribuição nas 11 Superintendências Regionais (ver tabela 1).

Nº	Superintendência Regional de Educação	Parceiros	Professores	Turmas	Alunos
1	Afonso Cláudio	65	69	70	1111
2	Barra de São Francisco	22	28	28	534
3	Cachoeiro	137	141	141	2141
4	Carapina	53	58	59	1144
5	Cariacica	57	65	65	1115
6	Colatina	14	15	15	297
7	Guaçui	95	134	134	2217
8	Linhares	59	83	83	1633
9	Nova Venécia	09	11	11	210
10	São Mateus	05	05	05	80
11	Vila Velha	31	34	34	659
Total		547	643	645	11141

Tabela 1. Dados de atendimento do Programa Alfabetização é um direito: Estado do Espírito Santo – 2008

Fonte: SEDU/ES, 2008

Segue abaixo a evolução do numero de parceiros que aderiram o Programa Alfabetização é um direito (ver gráfico 1).

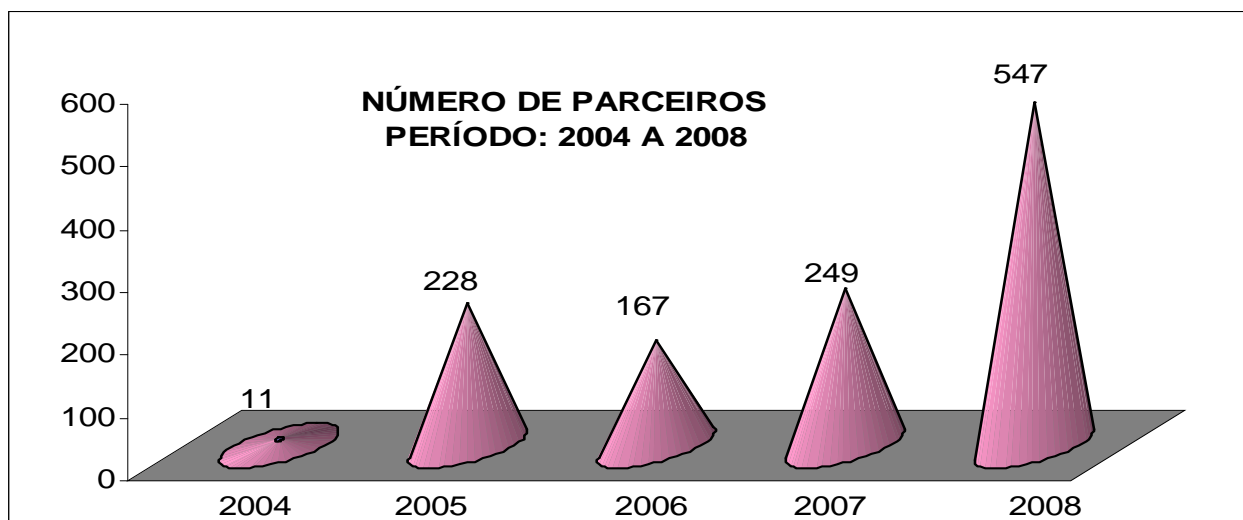


Gráfico 1 . Numero de parceiros do programa Alfabetização é um Direito - 2008
Fonte: SEDU/ES, 2008

O numero de parceiros do Programa Alfabetização é um direito aumentou consideravelmente, na medida que apresentava resultados, ao longo de quatro anos o programa contou com o apoio de 547 parceiros.

Verificamos que no período de 2004 a 2007, o exercício do programa alfabetização é um direito proporcionou uma diminuição do analfabetismo no Espírito santo (ver gráfico 2)

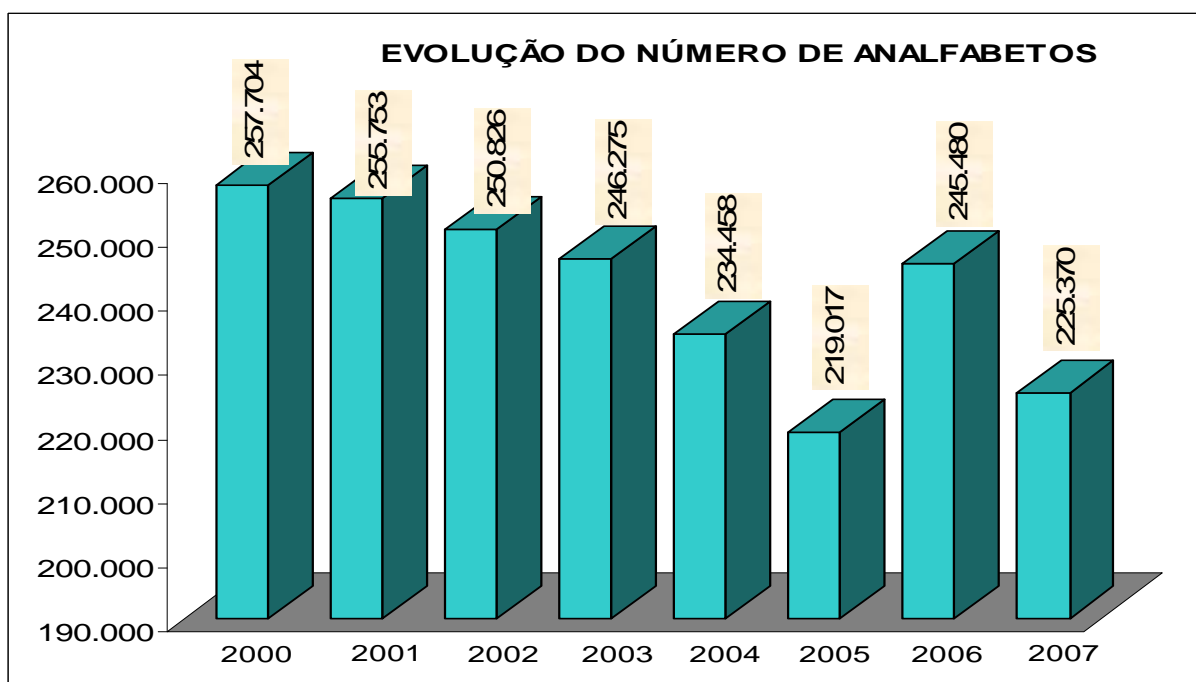


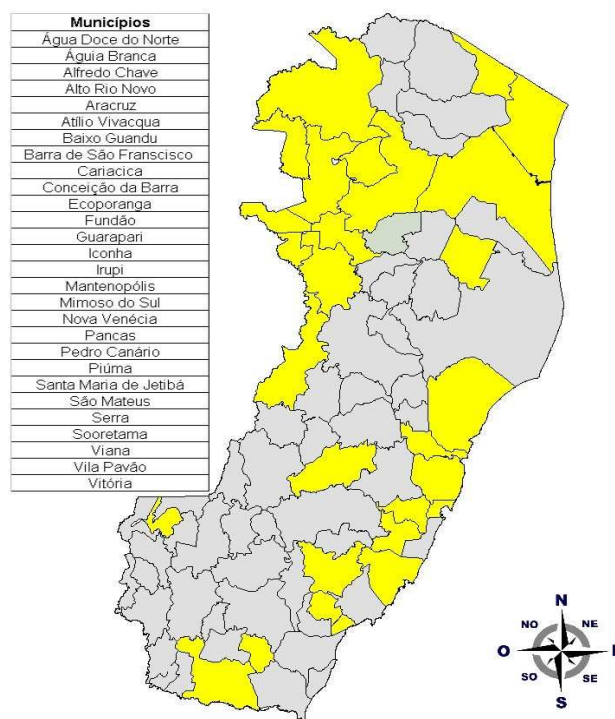
Gráfico 2 . Evolução de analfabetos
Fonte: PNAD - IBGE

Diagnostico da EJA no Espírito Santo

Em 2008 diversos representantes do segmento da EJA, tais como Coordenação de EJA Estadual, Coordenação de EJA municipal (capital), Fórum de EJA, UNDIME Estadual e Comitê Estadual de Educação do Campo e Coordenação Estadual de Educação do Campo, induzidos por uma demanda do SECAD/MEC ficaram incumbidos da responsabilidade de elaborarem um diagnóstico sobre a situação da educação e aprendizagens de pessoas jovens e adultas através de levantamento dos dados da EJA no Estado. O Fórum EJA/ES assumiu a responsabilidade e junto com as outras instancias produziram um instrumento e tabelaram os resultados*.

A análise dos dados da Educação de Jovens e Adultos subsidiou as atividades desenvolvidas, durante o ano de 2008, no Fórum EJA/ES, com destaque para o Encontro Estadual Preparatório à VI CONFINTEA, realizado no mês de março de 2008, onde foi apresentado o Relatório do Diagnóstico Estadual sobre a situação da educação e aprendizagens de adultos.

O tempo para a realização do diagnóstico foi bastante curto e a abordagem dos municípios via mediação da UNDIME ficou comprometida. Dos 78 municípios do Estado do Espírito Santo, um total de 28 municípios responderam ao o Formulário Diagnóstico através das Secretarias Municipais, o que proporcionou uma leitura aproximada da realidade da EJA nos contextos municipais capixabas. O mapa a seguir retrata a relação desses municípios (ver mapa 1).

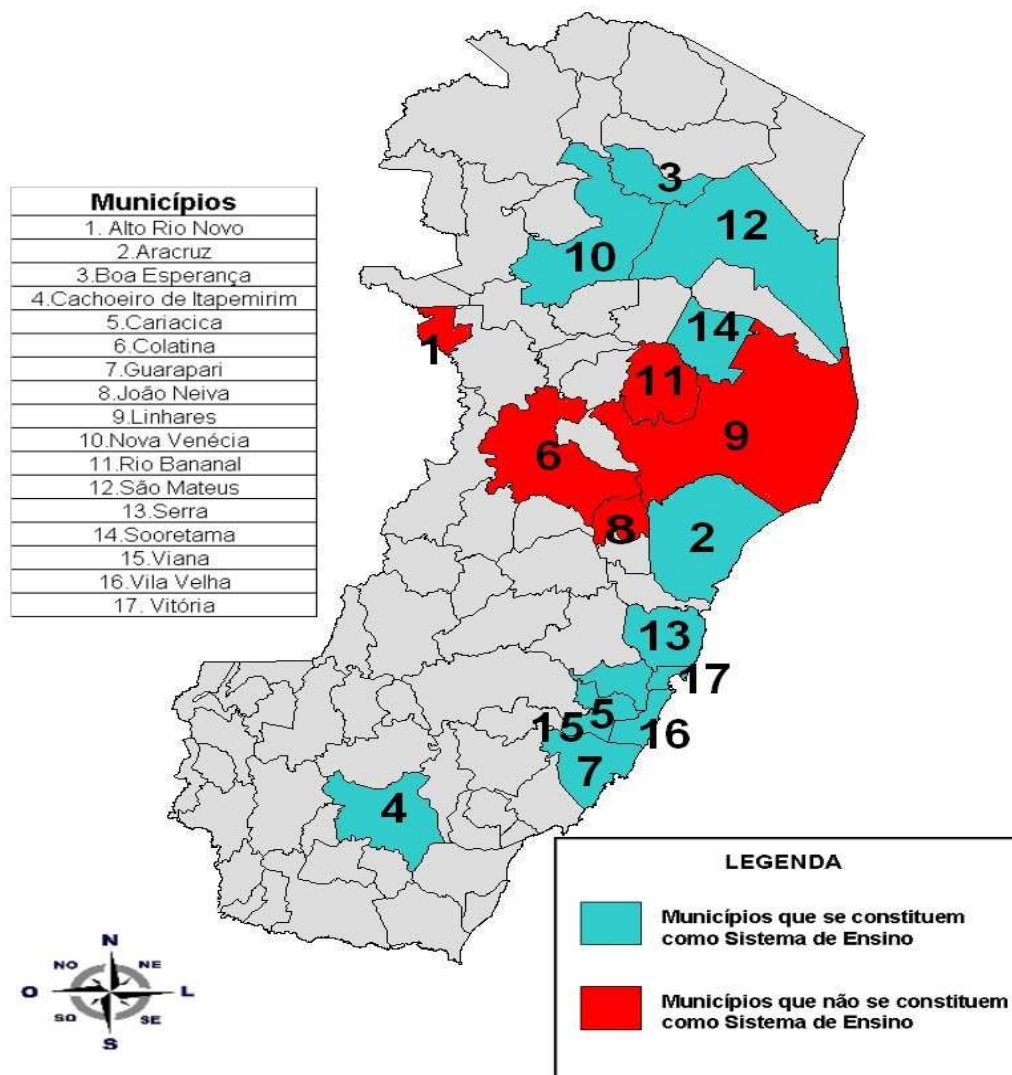


Mapa 1: Municípios do Espírito Santo que responderam Formulário Diagnóstico.

Fonte: Fórum de EJA/ES, 2008.

Em relação à constituição de um sistema de ensino municipal, a pesquisa realizada com 17 municípios revelou que, desse total, 12 se constituem como Sistemas de Ensino (Mapa 1) e apenas 5 não se constituem ainda como sistema de ensino.

Os municípios de Linhares, Rio Bananal, João Neiva, Colatina e Alto Rio Novo, por não se constituírem como Sistemas de Ensino, seguem a proposta do Estado, que ainda não superou o modelo de suplência no atendimento dos sujeitos da EJA.



Mapa 2: Municípios do Espírito Santo que se constituem e municípios que não se constituem como sistemas de ensino.

Fonte: Fórum de EJA/ES, 2008.

O XXXVII encontro do FórumEJA/ES realizado em 15/08/08 atualiza a relação de mais 6 municípios que já se constituem sistemas de ensino: Colatina, Itaguacu, Itarana, Iúna, Jaguaré e Marilandia, elevando assim para 23 o número de municípios.

Dentre os 28 municípios, base dessa leitura diagnóstica, 21 municípios declararam ofertar a Modalidade EJA. São os municípios de Água Doce do Norte, Alto Rio Novo, Aracruz, Baixo Guandu, Barra de São Francisco, Cariacica, Conceição da Barra, Ecoporanga, Fundão, Guarapari, Iconha, Irupi, Mantenópolis, Mimoso do Sul, Nova Venécia, Pancas, Pedro Canário, Santa Maria de Jetibá, Sooretama, Vila Pavão e Vitória. A tabela adiante mostra o número de Escolas dos municípios que ofertam a modalidade EJA (ver tabela 2). No entanto, há indícios de que o Fórum EJA/ES tem necessidade de desencadear a discussão sobre o significado da oferta da modalidade para os municípios que assim declaram ofertá-la.

Os seis municípios acima que também já se constituem sistema, reivindicam sua inclusão no quadro abaixo, sendo que não teve condições de apurar os números da oferta por escola, meio urbano e rural conforme situação de domicílio como se segue, o que sugere a continuidade do levantamento diagnóstico da oferta da EJA no Estado.

Nº	Município	Número de Escolas no Meio Urbano	Número de Escolas no Meio Rural
1	Água Doce do Norte	03	-
2	Alto Rio Novo	04	05
3	Aracruz	05	04
4	Baixo Guandu	03	01
5	Barra de São Francisco	04	-
6	Cariacica	25	-
7	Conceição da Barra	04	06
8	Ecoporanga	06	-
9	Fundão	01	-
10	Guarapari	11	03
11	Iconha	01	-
12	Irupi	01	02
13	Mantenópolis	01	-
14	Mimoso do Sul	03	-
15	Nova Venécia	02	01
16	Pancas	01	-
17	Pedro Canário	04	02
18	Santa Maria de Jetibá	01	02
19	Sooretama	02	01
20	Vila Pavão	01	02
21	Vitória	19 (14 EJA integral e 5 EJA + Ensino Noturno Regular)	-

Tabela 2: Oferta de Escolas da Rede Municipal - Modalidade EJA de acordo com a situação de domicílio (2008) informações disponibilizadas pelas Secretarias Municipais de Educação.

Fonte: Fórum de EJA/ES, 2008.

A tabela a seguir retrata o número de alunos que foram atendidos pelas escolas municipais que ofertam a modalidade EJA, de acordo com a situação de domicílio no ano de 2007 (ver tabela 3).

Nº	Município	Número de Alunos atendidos em Escolas no Meio Urbano	Número de Alunos atendidos em Escolas no Meio Rural
1	Água Doce do Norte	126	-
2	Alto Rio Novo	17	28
3	Aracruz	Em revisão	Em revisão
4	Baixo Guandu	122	10
5	Barra de São Francisco	768	-
6	Cariacica	3816	-
7	Conceição da Barra	519	202
8	Ecoporanga	346	-
9	Fundão	141	-
10	Guarapari	1733	140
11	Iconha	24	-
12	Irupi	40	31
13	Mantenópolis	262	-
14	Mimoso do Sul	55	-
15	Nova Venécia	Em revisão	Em revisão
16	Pancas	10	-
17	Pedro Canário	406	30
18	Santa Maria de Jetibá	15	98
19	Sooretama	Em revisão	Em revisão
20	Vila Pavão	23	26
21	Vitória	150	-

Tabela 3: Número de alunos atendidos por Escolas municipais que ofertam a modalidade EJA no Espírito Santo (2007)
Fonte: Fórum EJA/ES, 2008.

Em relação às outras formas de oferta, a pesquisa diagnóstica mostrou que os municípios de Cariacica, Serra, Viana e Vitória ainda ofertam o Ensino Regular Noturno para os sujeitos jovens e adultos, sendo que em dois desses municípios, essa oferta é realizada concomitantemente com a modalidade EJA. No caso específico da capital, a expansão da oferta da modalidade EJA é uma ação prioritária para 2008.

Apenas as secretarias municipais de Baixo Guandu, Cariacica e Sooretama declararam ofertar o Programa Alfabetização Solidária (Alfasol). Em 2007, o Programa apresentou o seguinte quadro de atendimento nesses municípios (ver tabela 4).

Nº	Município	Número de Turmas	Número de alunos atendidos
1	Baixo Guandu	24	448
2	Cariacica	42	748
3	Sooretama	Em revisão	Em revisão

Tabela 4: Programa Alfabetização Solidária no Espírito Santo

Fonte: Fórum EJA/ES, 2008.

RESULTADOS DAS AÇÕES

O Projeto de “Alfabetização é um Direito” que foi construído após ampla discussão em reuniões sistemáticas do Fórum de Educação de Jovens e Adultos durante todo o primeiro semestre de 2004 e com a colaboração de membros do Núcleo de Jovens e Adultos da UFES, tem sido objeto de acompanhamento e avaliação em encontros posteriores do Fórum, em 2006 e mais recentemente em 2008. Tem se apontado a necessidade de priorizar o programa e retomar da formulação inicial a necessidade de acompanhamento dos grupos e a formação dos educadores. Uma leitura otimista induz a afirmação de que o Programa conseguiu cumprir sua meta de acordo com os dados divulgados pela PNAD 2007: reduziu o analfabetismo (absoluto / pessoas de 15 anos ou mais) em 28,92% entre 2003 e 2006. No mesmo período o Sudeste registrou uma redução de 16,2% e o Brasil de 12,33%.

Quanto ao diagnóstico de 2008, a análise dos dados da Educação de Jovens e Adultos subsidiaram as atividades desenvolvidas, durante o ano de 2008, no Fórum EJA/ES, além de compor o Relatório Estadual sobre a situação da educação e aprendizagens de adultos que foi apresentado no Encontro Estadual Preparatório à VI CONFINTEA realizado no mês de março de 2008. O diagnóstico está sendo retomado atualmente através do movimento que instalou a Mesa Permanente de EJA no ES, como mais uma ação que observa a indução do MEC no levantamento da situação da EJA no país. No ES a Mesa Permanente tem desencadeado um processo de coletas de dados que já conta com o retorno de 47 municípios, com o objetivo que busca, além de responder uma pauta nacional, conhecer as reais demandas e as condições de oferta, a gestão das políticas públicas de EJA pelos municípios visando ao fortalecimento da educação de jovens e adultos no Espírito Santo.

ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE A EXPERIÊNCIA DO FORUM/EJA/ES

Como um espaço de formulação e acompanhamento de políticas públicas, o Fórum vem gerando demandas de sistematização de sua produção ao longo desses anos, através de estudos que busquem compreender a abrangência de suas ações nas políticas locais.

As políticas públicas são um processo dinâmico, com negociações, pressões, mobilizações, alianças ou coalizões de interesses. Compreende a formação de uma agenda que pode refletir ou não os interesses dos setores majoritários da população, a depender do grau de mobilização da sociedade civil para se fazer ouvir e do grau de institucionalização de mecanismos que viabilizem sua participação. De acordo com Teixeira (2002)

“É preciso entender a composição de classe, mecanismos internos de decisão dos diversos aparelhos, seus conflitos e alianças internas da estrutura de poder, que não é monolítica ou impermeável às pressões sociais, já que nela se refletem os conflitos da sociedade.” (p.05)

Na sociedade civil também há uma diversidade de interesses e de visões que precisa ser debatida, confrontada, negociada, buscando-se um consenso mínimo. Essa formulação hoje se torna complexa devido à fragmentação das organizações, apesar de algumas iniciativas de articulação em alguns setores. Alguns elementos de conteúdo e de processo na estruturação das políticas públicas já estão claros, tais como: sustentabilidade, democratização, eficácia, transparência, participação, qualidade de vida. Esses elementos precisam ser traduzidos contudo em parâmetros objetivos, para que possam nortear a elaboração, implementação e avaliação das políticas propostas.

Para Teixeira (2002) uma participação efetiva e eficaz da sociedade civil, alguns momentos devem ser identificados e precisam ser devidamente acompanhados: Para isso é necessário a elaboração e formulação de um diagnóstico participativo e estratégico com os principais atores envolvidos, no qual se possa identificar os obstáculos ao desenvolvimento, fatores restritivos, oportunidades e potencialidades; negociação entre os diferentes atores.

Nesse sentido o diagnóstico de EJA do Espírito Santo foi um grande passo para se dar visibilidade aos problemas e aos sujeitos da EJA, proporcionando assim que sociedade e governos tenham um esboço dessa realidade, para que assim atuem com providências. A sociedade civil precisa identificar as experiências bem sucedidas nos vários campos, bem

como sua sistematização e análise de custos e resultados, tendo em vista possibilidades de ampliação de escalas e criação de novas alternativas;

O Fórum EJA/ES provocou o debate público e mobilização da sociedade civil em torno das alternativas, como na discussão e formulação do programa Alfabetização é um direito, no qual mobilizou a sociedade civil, e pensou com e junto ao Estado uma maneira de garantir o direito à educação aos sujeitos da EJA buscando reduzir os índices de analfabetismo.

A alfabetização, para além da apreensão de conhecimentos básicos de leitura e escrita da palavra e do mundo, é parte de um direito mais amplo que deve atingir a terminalidade do ensino fundamental como requisito básico para educação continuada durante toda a vida. O aprender coloca-se como exigência permanente em todos os campos que se vinculam à vida dos sujeitos em busca de mais direitos.(Declaração de Hamburgo, 1997) .

Para além da alfabetização se pode perceber que a análise e criticidade no desenvolvimento do Projeto têm como objetivo garantir ao sujeito de EJA, além da apropriação da escrita, o exercício dos seus direitos como cidadãos.

O Fórum EJA/ES, ao tomar como referência a compreensão ampliada da EJA, e o percurso de suas lutas, têm o horizonte do direito à educação para todos como força matriz, abrindo-se para novas possibilidades e necessidades do fazer educativo. Resgatando Freire (1997, p. 154) “o sujeito que se abre ao mundo e aos outros inaugura com seu gesto a relação dialógica em que se confirma como inquietação e curiosidade, como inconclusão em permanente movimento na história”.

CONCLUSÃO

A formulação e a execução de novas políticas para a EJA acompanham o constante movimento do Fórum, que resiste às práticas de outorga do Estado, buscando a incorporação de direitos e, conseqüentemente, a inclusão da multiplicidade de sujeitos.

A realidade social, objetiva, que não existe por acaso, mas como produto da ação dos homens, também não se transforma por acaso. Se os homens são os produtores desta realidade e se esta, na “invasão da práxis”, se volta sobre eles e os condiciona. Transformar a realidade opressora é tarefa histórica, é tarefa dos homens. (FREIRE, 1987)

Aliada à cidadania, a educação, indispensável para o exercício cidadão, possibilita aos sujeitos sua emancipação e o desenvolvimento de potencialidades. Neste caminho, a educação de jovens e adultos torna-se “mais do que um direito”, mas uma possibilidade de viabilizar o desenvolvimento humano de todas as pessoas, independente da idade.

Assim, o direito à participação nas decisões e formulações políticas para a EJA, bem como o direito dos sujeitos para estarem em espaços formais de educação e do aprender por toda a vida, apresentam-se como prerrogativas que operam no interior do Fórum EJA/ES, que podem ser entendidos como um processo de redefinição da cidadania, questionando o modelo político que impera e sinalizando para novas formas de relações sociais e uma nova cultura política.

Notas

*

Conforme Ofício Circular nº 01/2008 - SECAD/MEC, de 24 de janeiro de 2008, no qual atribui aos Fóruns a responsabilidade de participação das oficinas de Formação em Organização e Análise de Dados para o Diagnóstico da Educação de Jovens e Adultos. A oficina da região sudeste foi realizada no Rio de Janeiro.

BIBLIOGRAFIA

BRASIL, Congresso Nacional. Constituição Federal da Republica Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2007.

_____. **Lei n.9.394/96, de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação no Brasil. Brasília:Ministério da Educação, 1996.

ESPIRITO SANTO. Política Educacional do Estado do Espírito Santo. Documento base, 2003.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

Relatório-síntese do Fórum EJA/ES para o X Encontro Nacional de Educação de Jovens e Adultos (X ENEJA)
Colégio Municipal Professora América Abdalla, Rio das Ostras/RJ
27 a 30 de agosto de 2008

POLÍTICAS PÚBLICAS - O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade. Elenaldo Celso Teixeira. Disponível em <http://www.dhnet.org.br/>. Acesso em 05 de julho de 2009

<http://forumeja.org.br/brasil> . Acesso em 03 de julho de 2009

<http://forumeja.org.br/es/> Acesso em 03 de julho de 2009